

Antônio Jorge de Siqueira **

Abordar o tema *Ética, História e Política* implica partir de um fato histórico incidente sobre o conceito da Ética. É que os filósofos gregos sempre subordinaram a ética às idéias de felicidade da vida presente e de soberano bem⁽¹⁾. Parece um modismo, em épocas de crise como a que vivemos agora, tomar os gregos como referência, quando falamos de coisas como *filosofia, política, estética, democracia, ética* etc. Parece, mas não é. Invocamos a memória dos gregos, especialmente dos filósofos, “não porque eles sejam uma realidade dada para todo o sempre, um modelo a ser seguido, mas porque a própria maneira de narrar a sua história e de pensar o político leva a diferentes interpretações. Permite situar também o momento e a origem de uma perda irreparável, a idéia de felicidade, e a sua substituição pelas noções de obrigação, dever obediência; o desaparecimento do modelo ideal de virtude,

* Comunicação apresentada na III Semana de Filosofia, promovida pelo Departamento de Filosofia do CFCH da Universidade Federal de Pernambuco.

** Antônio Jorge de Siqueira é Professor da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente Diretor do Departamento de História e Documentação da Fundação de Cultura Cidade do Recife da PCR.

⁽¹⁾ Adauto Novaes. (org.) *Ética*. São Paulo, Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 8.

que poderia ser seguido optativamente, e o surgimento das normas éticas e dos preceitos a que se deve obedecer”⁽²⁾.

Estas observações de Adauto Novaes nos remetem a duas coisas essenciais. A primeira delas é que, historicamente, o ponto de partida da Ética para os gregos fora uma *opção* e não um *dever* ou uma *obrigação*; a segunda é que a Ética era, com certeza, uma meta a ser atingida. Na perspectiva da história, portanto, ela sinalizava a idéia de felicidade buscada no exercício prático, na ação, na liberdade, posto que era uma escolha. Por isto ela é concebida como virtude.

Aristóteles, no Livro II da *Ética a Nicômaco*, faz uma afirmação lapidar: “*Este estudo não é teórico como os outros (pois estudamos não para saber o que é a virtude, mas para sermos bons, já que de outra maneira não tiraríamos nenhum benefício dela)*”⁽³⁾. Entendendo a virtude como relacionada diretamente à ação do homem que é um composto de alma e corpo, e como tal, afetado pelas paixões, ela tem muito a ver, conseqüentemente, com tudo o que se relaciona e vem acompanhado de prazer e dor, utopia e desilusão.

Importa pois lançar um olhar sobre o passado, e nele buscar as origens mais generosas, humanamente falando, das questões ligadas à Ética. E por que este olhar para as origens? Simplesmente porque, homens do nosso tempo, constatamos que, nos nossos dias, a Ética ficou prisioneira da técnica, como se houvesse um lento enfraquecimento da noção de moralidade e das conquistas

⁽²⁾ *id., ib.*

⁽³⁾ *id., ib.*

do espírito como o avanço da técnica, mais uma vez usando a expressão de Adauto Novaes. Se a modernidade aprisionou a Ética com a tecnologia, o que se convencionou chamar de pós-modernidade, esta mais ainda, fragmentou a totalidade corpo-espírito e, nesse fracionamento, a aparência assumiu foros de realidade. “É uma moral que abole a experiência, a história presente e a antecipação, e que leva em conta apenas uma consciência formada de nada cotidianos, de mil lacunas e intervalos desconhecíveis e desconhecidos, é o ponto de partida para o artifício e as aparências”⁽⁴⁾.

Com os modernos e invasivos meios de comunicação de massas, esta Ética adquire consistência, na ótica de Eugen Fink. Segundo ele, do ponto de vista do poder, os homens manipulam e representam os valores: “descobrem posições axiológicas e orientam os outros homens, as massas, a título de legisladores – legisladores não por meio de alguns Mandamentos ou de algo no gênero, mas despertando atitudes afetivas em relação à vida, orientações axiológicas”⁽⁵⁾.

É preciso nos posicionar criticamente diante desta tendência avassaladora que caracteriza uma já assumida cultura da pós-modernidade. Homens do nosso tempo, importa-nos assumir a nossa cotidianidade, dar soluções às nossas mazelas, enfrentar nossas angústias, tudo isto, porém, de olho no futuro, desejando, sonhando e nos inspirando nos desenhos de realidades possíveis, nos limites das dores suportáveis, no acalanto da espera que

⁽⁴⁾ Novaes, *op. cit.* p. 12.

⁽⁵⁾ *Apud* Novaes, *op. cit.*, p. 13.

sabe ser esperança sem desespero. Isto seria o que os pensadores da atualidade denominam de contrapartida da assim chamada *ética da aparência*; segundo Paul Ricoeur: “os homens não são apenas joguetes, escolhem por razões, têm capacidade de agir intencionalmente, especulam sobre o mundo e sobre o conhecimento, mudam o curso das coisas, em síntese, têm a capacidade de iniciativa”⁽⁶⁾.

Assim é que se justifica uma volta ao passado, mesmo que ela aconteça no transcurso de uma viagem para o futuro. Porque entre o passado e o futuro está o homem, plantado na cotidianidade comezinha do seu presente. Só o homem é que funde os tempos, dando-lhe unidade, atualidade e sentido. Exatamente por isto ele se ausenta, permanecendo; recomeça, continuando; constrói, destruindo; consente, dissentindo e aceitando as lições da história para se negar a enfrentá-la como destino. Morrendo de medo do presente opressor e angustiante, busca um modo de ser feliz. Homens do presente, busca-se nas lições da história, novos modos de fazer história, reinventando-a, assumindo-se como agente pelo trabalho que sua o rosto e mediante a convivência com os humanos que os torna mais humanos. É a postulação de uma profunda confluência entre Ética, Política e História. Depois dos filósofos gregos, no que concerne ao *ethos*, foram Marx e Engels que melhor dimensionaram o sentido da *Praxis*, exatamente pelo redimensionamento da história, na Ideologia Alemã.

E nós, no Brasil, em 1993?

⁽⁶⁾ *Apud* Novaes, *op. cit.*, p. 14.

Voltemos às nossas considerações iniciais para entender, num primeiro momento, o sentido e a importância da relação entre Ética, Política e História que, a partir da experiência histórica do saber político dos antigos gregos, formam uma unidade. Num segundo momento, para explicitar melhor a questão axial da prevalência do desejo de felicidade, elemento fundante e basilar da própria Ética, conforme nos ensinaram os filósofos gregos.

Recentemente, em nome da Ética – “*Ética na Política*” – fizemos o primeiro “impeachment” presidencial de que se tem conhecimento na história política das modernas democracias representativas. O motivo? Dentre outros, a corrupção. Sempre se soube que o caso Collor/PC Farias era apenas a ponta de um “iceberg” flutuante no oceano da cultura patrimonialista brasileira da corrupção cujo calo – histórico, político e ético – consiste numa relação extremamente complexa entre os espaços público e privado. Lembro aqui, de passagem, o magistral texto de Hannah Arendt, *A Condição Humana* que, a seu turno, volta às origens gregas, interpretando as tensões que medeiam entre os espaços da *despotia* e da *democracia*, na invenção da *polis* grega. Trata-se de uma leitura de Aristóteles das mais fecundas e conseqüentes.

Entretanto, este anseio da sociedade civil brasileira de ver a política banhada pela ética, sinaliza realidades muito mais profundas do que uma já significativa luta conta a corrupção e sinecura da representação parlamentar. Na verdade ela demonstra que,

entre nós, sequer podemos comemorar a prevalência de uma ética calcada na lei, no dever ou na obrigação. Posto que ainda carecemos de uma cultura, onde predominem comportamentos cingidos pelo império da lei, predominam as rapinagens do mais sórdido individualismo, do crasso egocentrismo, – a famigerada “lei do Gerson” – beirando o estado de natureza que, na concepção dos liberais clássicos, inviabilizava a convivência humana, mormente de produtores sequiosos do sonho utópico de uma conciliação possível – e, àquela altura, necessária – entre propriedade privada e Estado, entre poder público e privado. Num país como o nosso, caracterizado historicamente por uma forte tradição de vigências autoritárias e pela exclusão social da maioria da população, a luta pelo estado de direito contra as ditaduras faz sentido e representa ganhos sociais históricos no sentido de que o império da lei nos garante das tiranias. Mas a tradição absolutista e patrimonialista de nossa formação social dissocia aquilo que a sabedoria grega nos ensinava como intimamente imbricadas e indissociáveis: Ética e Política. Aristóteles, por exemplo, iniciava a já citada *Ética a Nicômaco*, enfatizando o seu caráter prático, quer dizer: forma de conhecimento do qual decorre uma ação útil, insistindo que outra ciência prática, no caso a Política, era a principal dentre aquelas ciências, exatamente pelo fato dela procurar os meios para realizar o bem de toda a comunidade⁽⁷⁾. Portanto, a afirmação dos postulados éticos está intimamente associada à educação para a prática das atividades ligadas à política. A

⁽⁷⁾ Cf. Morrall, J. B. *Aristóteles*, Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 49.

dissociação entre Ética e Política conduz à esquizofrenia do totalitarismo, seja ele do indivíduo – tirano –, do Estado, da classe ou do partido.

Estas considerações servem para reforçar, no caso do Brasil, uma tradição histórica e cultural anti-ética, porque autoritária, e autoritária porque anti-política. Por isto e aquilo é uma tradição fundamentalmente desdenhadora da política, dos políticos e da representação política. Neste caso, a lei não é tudo, apesar de ser o meio necessário para se fomentar o caráter de generosidade do espaço ético. Afinal, a lei se afirma como dever/obrigação enquanto a Ética se configura como escolha/liberdade. Não esqueçamos que a Ética, na ótica grega, é virtude, como a política, existindo em ambas a proeminência da *phronesis* que é a prudência e que só existe na praxis, diferentemente da *sophia* que deriva da contemplação teórica da verdade absoluta. A virtude, nunca é demais lembrar, não se aprende senão pela prática.

A política, como a Ética, pertence ao mundo dos humanos e, como virtudes que são, na ótica grega, se exercitam na busca de um bem. Daí que elas incorporam as dimensões profundamente humanas do desejo, do sonho, das paixões, dos encantos e desencantos, da dúvida e das certezas, das perplexidades do próprio imaginário, como na passagem do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, onde as crianças, no cenário da Festa, projetam seus encantos e medos, a partir daquilo que os seus olhos apenas vislumbravam do mundo, das pessoas e das coisas, buscando palavras para nomeá-los, como fantástica

descoberta, dirimindo dúvidas. Enfim, experienciavam e se exercitavam na Política e na Ética.

Triste de quem não foi criança ou o foi sem poder sonhar; infeliz de quem não fala, ou como o herói Fabiano, fala para si, sem repartir sonhos, exorcizar os medos e fazer política, eticamente correta.